

A POSIÇÃO DO INTELLECTUAL DIANTE DA SUPREMACIA NEOLIBRAL PRODUTIVISTA: ENTRE O ENGAJAMENTO E O ANTI-INTELLECTUALISMO

The position of the intellectual in front of neoliberal productivist supremacy: between engagement and anti-intellectualism

Ivana Pinto Ramos

ivanapramos@gmail.com

Ronan Eustáquio Borges

Universidade Federal de Goiás - UFG

ronanborges@ufg.br

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre o tema do intelectual, com o objetivo de trazer a reflexão sobre suas origens, concepções e importância social diante das deliberações neoliberais. No embasamento teórico foram utilizadas as perspectivas críticas de Gramsci (1982), Bourdieu (2001; 2004; 2015) e suas diversas relações, em diálogo com Chauí (2006); Bobbio (1997); Silva (2006) e diversos outros autores que discorrem sobre o engajamento do intelectual, revelando sua responsabilidade perante a sociedade e os grupos minoritários. Nesse sentido, destaca-se o professor/pesquisador/intelectual, frente a supremacia neoliberal produtivista, que ao invés de concentrar esforços na qualidade e relevância das pesquisas para a sociedade, acaba tendo que se preocupar com o dilema quantidade e qualidade na academia. Nesta perspectiva, as imposições externas à universidade, insistem em descaracterizar o intelectual, levando-o ao anti-intelectualismo, que tende a afastá-lo do compromisso com a produção de conhecimento crítico, político e epistemológico, necessários para a formação humana e transformação da sociedade.

Palavras-chave: intelectual. Engajamento. Anti-intelectualismo.

Abstract: This article presents a discussion on the topic of the intellectual, with the aim of bringing reflection on its origins, conceptions and social importance in the face of neoliberal deliberations. In the theoretical basis, the critical perspectives of Gramsci (1982), Bourdieu (2001; 2004; 2015) and their various relationships were used, in dialogue with Chauí (2006); Bobbio (1997); Silva (2006) and several other authors who discuss the engagement of intellectuals, revealing their responsibility towards society and minority groups. In this sense, the professor/researcher/intellectual stands out, in the face of productivist neoliberal supremacy, who instead of concentrating efforts on the quality and relevance of research for society, ends up having to worry about the quantity and quality dilemma in academia. From this perspective, impositions external to the university insist on mischaracterizing the intellectual, leading him to anti-intellectualism, which tends to distance him from the commitment to the production of critical, political and epistemological knowledge, necessary for human formation and transformation of society.

Key words: intellectual. Engagement. Anti-intellectualism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma discussão acerca do intelectual, suas origens, concepções e importância social. Em especial o professor/pesquisador/intelectual, frente a supremacia produtivista que insiste em descaracterizá-lo, tentando afastá-lo do compromisso com a produção de conhecimento crítico, político e epistemológico, necessários para a formação humana e transformação da sociedade. Diante de um cenário de imposições neoliberais, que tentam a todo momento desvirtuar e descaracterizar a universidade pública por meio de exigências externas ao trabalho intelectual.

Inicialmente, buscamos a reflexão sobre a polissemia do termo intelectual e as práticas sociais que o envolvem ao longo do tempo, trazendo como referência Vieira (2008), que discute o uso destes vocábulos no cenário literário e político (Alemanha (*intelligentsia*), França (*intellectuel*), no âmbito das ciências sociais e da filosofia política, revelando o intelectual caracterizado como aquele que intervém na realidade política e social de seu tempo em prol de uma coletividade.

Na sequência, abordamos as concepções do intelectual sob as perspectivas teóricas de Gramsci (1982), Bourdieu (2001; 2004; 2015) e suas diversas relações. Gramsci, que destaca o intelectual como construtor e organizador da cultura, capaz de instigar a vontade coletiva e a mudança de comportamento, nessa perspectiva está pautado o intelectual orgânico. Já Bourdieu, tratando especificamente da educação por meio de conceitos específicos - *habitus*, campo e capital (cultural, científico, econômico, social e simbólico) – revela as contradições presentes no universo acadêmico, salientando conflitos, crises, desilusões, relações de força, interesses, hierarquias etc. Nesse sentido, denuncia os intelectuais que se utilizam da ciência a serviço de interesses particulares.

Nessa perspectiva, apresentamos um arcabouço teórico que reflete sobre o “silêncio do intelectuais” (Chauí, 2006), o “intelectual engajado” que não foge ou omite suas responsabilidades (Bobbio, 1997) e outros autores com base na perspectiva do intelectual, seus princípios e compromisso social. Dessa maneira, de forma dialética, foi direcionada a contradição, revelada no cenário problemático do anti-intelectualismo, constituído na falta de um posicionamento ético, político e historiográfico, daqueles que segue o fluxo do contexto neoliberal produtivista.

A proposta constituída neste artigo, é de levar à motivação e reflexão sobre o intelectual e sua importância, em face das crescentes deliberações neoliberais produtivistas

impostas à universidade e seus intelectuais. Dessa forma, é preciso pensar em estratégias de combate ao anti-intelectualismo, buscando possibilidades de organização e enfrentamento entre os pares para alcançar, de forma dialógica, a conscientização e estratégias de resistência.

O INTELECTUAL CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Refletir sobre o intelectual e sua função, é uma questão complexa, porém necessária no contexto que estamos vivendo diante das novas concepções imputadas à universidade, ao conhecimento e ao intelectual. Iniciaremos apresentando a historicidade do termo, na tentativa de retomar as concepções que permeiam o intelectual, um pouco das suas origens e perspectivas atuais.

Vieira (2008), analisou a polissemia do vocábulo “intelectual” e a problematização que envolve suas práticas sociais ao longo do tempo, mostrando a necessidade dessa reflexão para evitar a naturalização do termo, com um falso entendimento de que existe um único sentido para essa palavra. Com esse intuito, o autor fez um recorte temporal situando as palavras *intelligentsia* e intelectuais nos séculos XIX e XX, abordando inicialmente o uso destes vocábulos no cenário literário e político (iniciado na França e Rússia), no âmbito das ciências sociais e da filosofia política. Iniciaremos com a gênese do termo intelectual, sob a perspectiva literária e social, construindo sua historicidade, em seguida passaremos às perspectivas teóricas de Gramsci (1982), Bourdieu e suas relações.

Sob a perspectiva literária, os escritores russos compunham nas temáticas de suas obras e personagens, o paradigma da *intelligentsia*¹, por meio do homem culto, orador eloquente, revolucionário, defensor das mudanças sociais, como o personagem Dítiry da novela *Rudin* escrita em 1856 por Turgenev², bem como de outras de suas obras que retratavam o

¹ “*Intelligentsia*”, adquiriu um significado muito específico na Rússia, embora tenha suas origens no latim, a palavra só ganhou fama mundial graças à língua russa. O termo se referia às pessoas instruídas, mas hoje é usado para descrever os campeões messiânicos e morais. No início, “*intelligentsia*” significava a capacidade de pensar e raciocinar. A partir do século XIX, após tomarem a palavra emprestada do alemão, os russos passaram a aplicá-la àqueles que tinham habilidades intelectuais, ou seja, pessoas instruídas.”

Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/82544-o-que-e-intelligentsia-russa>

² Ivan Sergueievitch Turgenev (1818-1883), nascido em Orel, uma província da Rússia. Estudou na Universidade de Moscou e, posteriormente, na de São Petersburgo, especializando-se em Literatura russa e Filologia, em 1838 ingressou na Universidade de Berlim para estudar História e Filosofia, que tinha Hegel, como professor e reitor da Universidade. Com a obra *Relatos de um caçador*, livro de contos publicado em 1852, consagrou-se de imediato na Rússia como denúncia do regime da servidão, o que ocasionou sua prisão e seu posterior exílio.

“discurso messiânico dos jovens radicais”, mostrando a genealogia da elite intelectual russa e seus conflitos (VIEIRA, 2008).

A palavra *intelligentsia* se associou à idéia de elite que se definia pelo grau de formação e de competência para tratar com o conhecimento erudito e com a cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica; bem como se vinculou à idéia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado. Defendendo reformas sociais os jovens cultos reivindicaram as condições de guia do povo e de grupo portador da consciência nacional. (Vieira, 2008, p. 69)

O posicionamento de Turgenev foi muito criticado pela elite do quadro literário russo, dentre eles Tolstói, Dostoievski e Chekhov. Destaca-se Dostoievski, participante ativo de um grupo de intelectuais socialistas, que ironizou o conceito de *intelligentsia* de Turgenev como limitado e dotado de elevado caráter moral e político. No final do século XIX e início do século XX, as autoridades políticas representadas por dirigentes bocheviques, especialmente Lênin e Trotsky, também defenderam suas posições sobre o sentido de *intelligentsia*, criticando o discurso dos jovens vanguardistas como radical que, “assumiam posições políticas voluntaristas, elaboradas de forma conspirativa e tendo como consequências ações violentas.” (Vieira, 2008, p. 69).

No caso da França, o termo *intellectuel* foi usado mais amplamente no final do século XIX, para designar o conjunto de pessoas cultas. O marco simbólico foi o manifesto “*J'accuse: lettre au président de la république*” de Émile Zola, publicado em 1898 no jornal *L'Aurore*. Esse artigo se tornou referência no campo político e cultural francês, pois demarcou a ação pública de escritores, cientistas e artistas contra o Estado, pela quebra de normas jurídicas e espionagem em favor da Alemanha, que resultou na prisão do general Dreyfus. Essa ação dos intelectuais (Émile Zola, Octave Mirbeau, Anatole France, Marcel Proust, Émile Durkheim e vários outros) em favor do militar, reivindicando por meio de jornais e revistas que a justiça francesa analisasse o caso pautada em normas jurídicas e não seguindo a lógica do Estado. Diante desses fatos, esses intelectuais foram taxados de intransigentes, buscando liberdade e justiça; também de traidores da pátria ou antinacionalistas (Vieira, 2008), por se mostrarem contrários às injustiças cometidas pelo Estado.

Seguindo esses acontecimentos e perspectivas, podemos observar que a origem dos intelectuais revelada na Alemanha (*intelligentsia*) e na França (*intellectuel*), caminharam numa proximidade de sentidos na direção de engajamento dos intelectuais contra ações autoritárias do Estado, ou seja, contra o poder hegemônico, revelando-os como defensores da liberdade e da justiça, enquanto sujeitos coletivos.

Esses episódios evidenciam a construção de um sentido que relaciona de forma estreita as duas palavras à esfera política, à atividade cívica e à crítica do poder instituído. Sendo assim poderíamos afirmar que: enquanto as palavras sábio, erudito, letrado, culto representam adjetivos associados a sujeitos privados, aquelas representam substantivos que nomeiam um sujeito político coletivo. Na história intelectual a emergência e o uso coloquial das palavras intelectuais e *intelligentsia* representaram uma mudança significativa de percepção, em função de uma mudança no comportamento político das elites cultas. (Vieira, 2008, p. 71)

Podemos observar na citação acima que o uso do termo intelectuais, tem sua origem como protagonistas políticos, que denunciam e lutam em prol de uma coletividade, buscando justiça. Assim sendo, o intelectual é caracterizado como aquele que intervém na realidade política e social de seu tempo, como “intelectual interventor, no sentido em que participa ativamente em variados processos que mobilizam uma incipiente opinião pública.” (Lopes, 2001, p. 122)

Mas, então, o que caracteriza o intelectual, segundo os pressupostos da história do intelectual? Ter adquirido notoriedade colocando sua verve, ou melhor, seus dotes de retórica e seu prestígio pessoal a serviço do bem estar de seus compatriotas é um dos princípios integrante de seu perfil. Além disso, o fato de se bater na defesa de valores universais como a verdade e a justiça. (Lopes, 2001, p. 124)

Nesse sentido, propomos uma reflexão sobre o intelectual como interventor nas causas sociais destacando Gramsci (1982), que apresentou os intelectuais como dirigentes e organizadores da cultura. Em sua obra é possível identificar historicamente o intelectual sob três acepções: inicialmente, o intelectual tradicional exercido pelos eclesiásticos, que representavam a aristocracia fundiária; a segunda, como intelectual adepto aos designios do Estado burguês, reforçando a expropriação dos trabalhadores pelo capitalismo; a terceira, como intelectual orgânico que lutava pelos interesses das classes subalternas. Nos ateremos a esta terceira acepção, pois Gramsci na condição de líder que se opunha à hegemonia burguesa, defendia o papel revolucionário do intelectual organicamente ligado aos interesses da classe trabalhadora, subalterna, como estratégia de luta política.

Segundo Gramsci (1982), todos os homens são intelectuais, seguindo a capacidade inata, intrínseca, mesmo aqueles que exercem atividades braçais, tomando como exemplo o operário em seu trabalho manual ou instrumental, que mesmo exercendo atividades mecânicas, executa um trabalho intelectual: “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.” (Gramsci, 1982, p. 6). Nesta lógica, todos os indivíduos são intelectuais, porém, nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. Esta distinção se dá pela função social da categoria profissional dos intelectuais, ou seja como atividade profissional específica.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (Gramsci, 1982, p.6-7).

Eis a diferença apontada por Gramsci (1982) que queremos destacar: o intelectual como indivíduo consciente de uma concepção de mundo, de uma conduta moral capaz de contribuir para a mudança de pensamento. A capacidade de contribuir para a transformação da sociedade, no conjunto das relações sociais, como construtores e organizadores da cultura, capazes de instigar a vontade coletiva e a mudança de comportamento, nessa perspectiva é que está pautada o intelectual orgânico.

O termo “organização da cultura” segundo Coutinho (2011), vem com os organismos da sociedade civil, com a revolução democrático-burguesa, com o liberalismo, “o Estado já não impõe uma religião, ou uma visão do mundo em geral; a religião deve conquistar consciências, deve confrontar-se, entrar em luta contra outras ideologias, contra outras visões do mundo.” (Coutinho, 2011, p. 15). Desta forma, intensificam-se as lutas sociais com novas formas de organização (institutos autônomos, partidos de massa, jornais de opinião) em defesa de interesses particulares formadores de cultura e ideologias.

Digamos que, entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção, surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si. Essa esfera intermediária é precisamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica. (Coutinho, 2011, p. 16).

Nestas circunstâncias de organização da sociedade civil, surgem os intelectuais orgânicos, que lutam pela hegemonia política e ideológica do grupo social que representam. Aqueles que estão ligados predominantemente às suas classes de origem ou de adoção:

Começam a surgir fenômenos desconhecidos em épocas anteriores: o intelectual de partido, o intelectual ligado ao sindicato, o intelectual que trabalha nos Jornais, nas editoras etc., de partidos ou de sindicatos, de associações de variado tipo, de correntes de opinião; em suma: o intelectual que já não é funcionário direto do Estado (um burocrata executivo), nem tampouco um intelectual "sem vínculos" (Mannheim), que - em sua atividade cultural - julga comprometer apenas a si mesmo (este seria o caso típico do "intelectual tradicional": e um Voltaire, na França do século XVIII, poderia bem expressar o que Gramsci figura com esse termo). Sem necessariamente perder sua autonomia e sua independência de pensamento, o "intelectual orgânico" tem uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade. (Coutinho, 2011, p. 17).

Segundo Semeraro (2006), “orgânicos” são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às

organizações políticas e culturais mais avançadas da sociedade, desta forma, além de especialistas na profissão, elaboram concepções ético políticas que os possibilita a exercer funções educativas, culturais e organizativas, para garantir “a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.” (Semeraro, 2006, p. 378). Ao invés de manter o *status quo* que tenta camuflar as desigualdades sociais e contribuir para a hegemonia capitalista, o intelectual orgânico é responsável pela soberania do grupo social que representa:

Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (Semeraro, 2006, p. 378).

Desta forma, a ligação do mundo do trabalho com a ciência, com as humanidades e a conscientização política, no conjunto, formam em Gramsci o princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (Gramsci, 2001, p. 53).

O intelectual enquanto “dirigente” e “especialista” “orgânico”, que é responsável pela organização da cultura, como sistema de instituições da sociedade civil, com a função de “concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo.” (Coutinho, 2011, p. 17). Esses ideais estão diretamente relacionados ao pensamento de Marx, evidenciado por diversos outros intelectuais dentre eles Gramsci, que pensava o sujeito enquanto ser histórico e social, capaz de pensar a totalidade, a mediação e a contradição de forma dialética, enfatizando o potencial transformador do homem.

Para compreender a posição do intelectual diante das deliberações neoliberais capitalistas, consideramos importante ponderar sobre o tema da dominação; da luta de classes, e o papel do intelectual acadêmico perante essa realidade. Com esse propósito, recorreremos a teoria de Bourdieu que revela o intelectual como produtor de capital simbólico, que desmistifica o intelectual sob o aspecto da hierarquização, das posições ocupadas e do poder intelectual. Também, analisa as relações de reprodução e dominação convergindo seus interesses entre os “detentores de capital cultural, político e econômico”. (Vieira 2008, p. 78).

Segundo Catani e Hey (2010), Bourdieu a partir da década de 1960 produziu intensamente um conjunto de análises no campo da sociologia da educação e da cultura que

influenciou várias gerações de intelectuais “obtendo o reconhecimento de pesquisadores, estudantes e ativistas, que atuam em várias outras esferas da sociedade.” (Catani; hey, 2010, p. 62).

Nesse sentido, Bourdieu apresenta um novo modo de pensar a educação, desvelando-a como o principal meio de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Ele questiona a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, que reproduzem posturas e valores dos grupos dominantes, dissimulando as bases sociais, como se fossem: “diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais.” (Nogueira, 2002, p. 19) Esses e outros problemas relacionados a educação em suas bases, refletem e afetam diretamente no ensino superior e na essência do intelectual, por isso, optamos por trazer a teoria de Bourdieu e seus conceitos para entendermos o processo de contradição que envolve a universidade e os intelectuais na atualidade.

Bourdieu, em seus escritos, procurou questionar, nas sociedades de classes, temática que persegue muitos intelectuais: a compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir. Compreender o mundo, para ele, converte-se em poderoso instrumento de libertação – é esse procedimento que ele realiza, dentre outros domínios, no educacional. (Catani; Hey, 2010, p. 68).

Para direcionar seu discurso, Bourdieu (2015) desenvolve conceitos que perpassam sua obra, para sistematizar sua teoria na tentativa de alcançar os campos da sociologia, da educação, da história e da cultura, dentre eles, destacamos os que remetem a produção social da cultura e do conhecimento, são eles: *habitus*, campo e capital (cultural, econômico, social e simbólico). De forma sucinta, “*Habitus*”, são ações e percepções adquiridas com o tempo, através das experiências sociais, “O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas.” (Vasconcelos, 2002, p. 79).

Nas palavras de Bourdieu (2015):

O princípio gerador de estratégias objetivas, como sequência de práticas estruturadas que são orientadas por referência a funções objetivas, o *habitus* encerra a solução dos paradoxos do sentido objetivo sem intenção subjetiva, entre outras razões porque – a própria palavra o diz – ele propõe explicitamente a questão de sua própria gênese coletiva e individual. (Bourdieu, 2015, p. 92).

Já o conceito de *Campo* segundo Minayo (2017), designa uma espécie de zona cultural, que ocupa uma posição na estrutura social e se diferencia por seus interesses, estruturas, regras e formas de poder, prestígio e hierarquia. Configura-se para Socha (2010), um espaço de poder e disputas dentro da sociedade. Dessa forma, cada espaço corresponde, a um campo específico

- cultural, econômico, educacional, científico, jornalístico etc. - no qual são determinados a posição social dos agentes e onde se revelam. Com esses conceitos a teoria de Bourdieu revela as bases de estruturação e reprodução do poder:

Da mesma forma que o *habitus*, o campo é estruturado e flexível, sujeito à influência e à concorrência entre os que o compõem e de atores de outros campos dos quais se aproxima e diferencia. Por meio do estudo deste conceito, Bourdieu respondeu a suas perguntas originárias sobre como se dão a estruturação e a reprodução do poder na sociedade através do domínio prático das regras, dos interesses e dos confrontos conflituosos. (Minayo, 2017, p. 10)

Quanto aos tipos de capital, Bourdieu (2015) estende a concepção marxista para além do econômico, incluindo todo recurso ou poder que se evidencia nas atividades sociais. Além do capital econômico, ele concebe o **capital cultural**, que corresponde aos conhecimentos e saberes reconhecidos com diplomas e títulos; o **capital social**, que corresponde às relações sociais que podem ser transformados em meios de dominação e, o **capital simbólico**, que confere prestígio e honra, identificando os agentes na sociedade. (Socha, 2010, p. 46). Nesse sentido, estes conceitos devem ser concebidos como o conjunto de relações e não separadamente: “noções como *habitus*, campo, capital, podem ser definidos mas somente no interior do sistema teórico que eles se constituem, nunca isoladamente.” (Bourdieu *apud* Socha, 2010, p. 46)

Inserido no capital simbólico encontra-se o capital científico, definido da seguinte forma pelo próprio autor:

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico (o número de menções do Citation Index é um bom indicador, que se pode melhorar, como o fiz na pesquisa sobre o campo universitário francês, levando em conta os sinais de reconhecimento e de consagração, tais como os prêmios Nobel ou, em escala nacional, as medalhas do CNRS e também as traduções para as línguas estrangeiras). (Bourdieu, 2004, p.26)³.

Bourdieu afirma que os agentes podem ser tanto indivíduos quanto instituições, são caracterizados pelo volume de capital científico, o qual depende de outros agentes, isto é, de todo o espaço. Dessa forma, cada agente sofre a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele, “essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, influência etc.)” (Bourdieu, 2004, p. 24). Para exemplificar, o autor se refere ao domínio da pesquisa científica com pesquisadores e pesquisas dominantes,

³ Livro: Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisado pelo autor, proferido na conferência e debate organizados pelo grupo *Sciences em Questions*, Paris, INRA (Institut National de la Recherche Agronomique), em 11 de março de 1997. Traduzido por Denise Bárbara Catani, UNESP, 2004.

que definem o que se constitui como objeto mais importante em um dado momento, assim pesquisadores concentram seus esforços nesses temas dominantes para “compensar” (palavras do autor) seus esforços. (Bourdieu, 2004, p. 25).

O capital científico está inserido na relação de forças científicas que se efetivam através da vinculação conhecimento e comunicação, que segundo Bourdieu (2001) está incorporado nas propriedades essenciais do capital simbólico. Conforme conceituação do autor, o capital simbólico é um conjunto de propriedades distintivas que existe na e pela percepção de agentes providos de categorias de percepção adequadas adquiridas por meio da experiência da cultura e distribuição desse capital no espaço social, neste caso, particularmente no campo científico. Neste sentido, capital científico é um conjunto de propriedades que são produto de atos de conhecimento e reconhecimento de agentes envolvidos no campo científico e dotados de categorias de percepção específicas, as quais são acessíveis aos detentores de um suficiente capital cultural incorporado.(Bourdieu, 2001). Sob esta lógica, o autor afirma que existir cientificamente significa ser reconhecido publicamente pelos pares, “o capital científico é produto do reconhecimento dos concorrentes.” (Bourdieu, 2001, p. 80).

Por meio desse reconhecimento científico, o investigador pode ficar na condição de brilhante ou obscuro, os mais conhecidos se beneficiam mais dos ganhos simbólicos, como prestígio e status, conferidos por meio de benefícios dentro da academia como bolsas, títulos, publicações nos periódicos mais renomados etc. Nesse contexto, é possível perceber o aumento das cobranças por mais produções acadêmicas, um sistema meritocrático que levam ao produtivismo acadêmico, que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade. Quanto mais produtividade, mais capital científico, mais status e poder.

Sob essa perspectiva, a universidade é o *locus* privilegiado do conhecimento científico, campo de disputa e de poder, campo acadêmico onde os vários tipos de capital apresentados por Bourdieu, se manifestam por meio do conhecimento e reconhecimento, que se associam em uma relação extremamante complexa. Destacamos dentre as várias e polêmicas obras deste sociólogo e filósofo, o livro *homo academicus*⁴, que se encaixa na perspectiva do intelectual, suas bases e compromisso social.

Nesta obra, Bourdieu mostra as contradições presentes no universo acadêmico, revelando conflitos, crises, desilusões, relações de força, interesses, hierarquias etc., conforme apresentação da obra, escrita por Valle (2019): “mostrando que há dois polos de uma mesma

⁴ *Homo academicus* - Pierre Bourdieu, publicado originalmente em Paris em 1984. Primeira edição brasileira em 2011, tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle, editora UFSC. Edição utilizada 2ª, 2019.

estrutura institucional que se opõe: um polo de saber, definido essencialmente pela liberdade acadêmica, e um polo de poder, que se conclama de responsabilidade social.”(Valle, 2019, p. 17). O primeiro, obedece à lógica do conhecimento teórico no campo dos diversos saberes, que se distanciam dos ideais hegemônicos de dominação e exploração social. O segundo, norteador pela “competência” científica, aplicam os saberes sem reflexão, sem discutir, aproximando-se dos ideais hegemônicos aderindo a falsa neutralidade. O primeiro com potencial transformador e o segundo, com potencial reprodutor; mantenedor do *status quo*.

Dessa forma, Bourdieu (2019) denuncia os intelectuais que se utilizam da ciência a serviço de interesses particulares, enquanto sujeito “interessado”, que sustenta suas pesquisas pela escolha do “hiperempirismo”, muitas vezes por ambição política, opta pela neutralidade e se anula enquanto sujeito comprometido no campo social. Essa linha, fere os princípios universitários de conhecimento crítico reflexivo e transformador, que Bourdieu chama de “pesquisadores profissionais” que “conduzem sua pesquisa a título de atividade principal, oficialmente reconhecida e remunerada por órgão especialmente organizado para esse fim.”(Bourdieu, 2019, p. 164). Bourdieu (2019), chama a atenção para o novo intelectual (professor/pesquisador) que traz o princípio da publicação como ambição científica.

Por intermédio das instituições voltadas à disciplina, comitês e comissões encarregados de financiar a pesquisa e de nortear os novos pesquisadores, mas também e sobretudo, talvez através da institucionalização do estatuto do pesquisador, que tende a constituir a pesquisa e a publicação científica como norma subjetiva de todas as práticas, relegando a segundo plano os investimentos pedagógicos, essas são as novas solidariedades e as novas sociedades que se impõe, contrariando os efeitos de pertencimento ao corpo professoral; de maneira que por meio de novos modos institucionalizados de produção e de circulação das obras culturais (clubes de reflexão, laboratórios de estudos, colóquios etc.) que favorecem a relação com as burocracias, esses são modos de pensamento e de expressão novos, novas temáticas e novas maneiras de conceber o trabalho intelectual e o papel do intelectual que se insinuam no universo intelectual. (Bourdieu, 2019, p. 164).

Bourdieu estava trando do universo acadêmico da França da década de 1980, porém, podemos observar quão atual e precisos são esses escritos para a realidade acadêmica brasileira na atualidade. Os “novos modos institucionalizados de produção e de circulação das obras culturais que favorecem a relação com as burocracias”, citado acima, revela bem o universo produtivista que vive a universidade hoje. O novo modelo de intelectual que surge a partir das demandas do mercado produtivo, com o neoliberalismo e com o sistema de acumulação flexível, que demandam novas “competências intelectuais”.

Sob essa perspectiva, é possível relacionar o excerto de Bourdieu com o processo de avaliação institucional que exige de docentes e estudantes cada vez mais produtividade acadêmica, para a manutenção e classificação de cursos, programas, bolsas etc. Ao invés de

criar redes de cooperação e solidariedade, criam espaços competitivos entre instituições, áreas e os pares, desvirtuando o papel do intelectual.

FATORES QUE LEVAM AO ANTI-INTELECTUALISMO

Fatores externos à universidade em consonância com as deliberações neoliberais, tem atingido a universidade e influenciado no trabalho do professor/pesquisador/intelectual. Conforme Oliveira e Catani (2011), as forças econômicas atingem o campo universitário que se constitui em um espaço de luta, de relação de forças, estratégias, interesses e contradições, que refletem a constituição do espaço social.

As novas estratégias e valores que são, em grande medida, impostos e disseminados no campo, só conseguem obter êxito porque encontram ressonância na chamada comunidade universitária e/ou acadêmico-científica. Os interesses e as estratégias concorrenciais no âmbito das universidades públicas, por exemplo, antes minimizados e dissimulados, em razão de certos estados de cooperação, das finalidades e da própria natureza dessas instituições, parecem explicitar, cada vez mais, propensão para investir abertamente, em franca disputa, sobretudo em termos de obtenção de recursos do fundo público e de status acadêmico no campo universitário e científico. (Oliveira; Catani, 2011, p. 18).

Conforme citação de Oliveira e Catani (2011), neste campo de interesses e estratégias, cresce a demanda pela pesquisa aplicada, que para Bourdieu (2019), favorece o sucesso de “produtores culturais de um gênero novo” que rompe com os princípios fundamentais da autonomia acadêmica, os quais ele denomina *managers* científicos, que gerenciam laboratórios buscando créditos para seus empreendimentos. Estes, estão preocupados em dar visibilidade às suas produções e ampliar suas capacidades produtivas, produzindo obras “de um tom e de um estilo que acumulam a neutralidade da prestação de conta produtivista e a insipidez da relação burocrática para alcançar o efeito de respeitabilidade próprio.” (Bourdieu, 2019, p. 165).

Esses “*managers* científicos”, seguem os princípios da reestruturação produtiva, com o modelo taylorista/fordista, que configura o produtivismo acadêmico e preconiza a produção acadêmica, enfatizando e estimulando a meritocracia, promovendo os pesquisadores que apresentam os melhores índices de desempenho. A pesquisa desinteressada, regida por parâmetros científicos e sociais, não tem o mesmo valor, segundo ditames neoliberais e capitalistas. Neste sistema burocrático, o intelectual orgânico de Gramsci, revolucionário, ligado às classes minoritárias é ofuscado pela ambição e pelo poder que separam o indivíduo social do intelectual. A este processo de mudanças dos princípios intelectuais que compõe a

“*academia mediocritas*” com baixo valor epistemológico e social, Bourdieu (2019, p. 131), classifica como anti-intelectualismo.

O culto ao “brilhante”, pelas facilidades que ele obtém, as falsas audácias que favorece, os trabalhos humildes e obscuros que desencoraja, opõe-se menos do que parece às prudências da *academia mediocritas*, à sua epistemologia da suspeita e do ressentimento, ao seu horror à liberdade e ao risco intelectuais; e ele concorre ao apelo à “seriedade”, com suas colocações prudentes e com seus pequenos benefícios para contrariar ou desencorajar todo pensamento próprio, a perturbar uma ordem fundada na desconfiança em relação à liberdade intelectual e até numa forma muito especial de anti-intelectualismo. (Bourdieu, 2019, p. 131).

Como foi possível perceber na citação de Bourdieu (2019), a liberdade é palavra chave na essência do intelectual, reiterada por Chauí (2006), ao tratar do intelectual engajado como uma figura em extinção, que carrega o traço da autonomia assumidos em defesa de causas universais e à transgressão a ordem vigente, que se distancia dos interesses particulares. A autora refere-se à noção do intelectual engajado como figura que intervém criticamente na esfera pública e como tomada de posição no interior da luta de classes, em nome da emancipação e autonomia:

A noção de engajamento ou do intelectual como figura que intervém criticamente na esfera pública procura exprimir, trazendo consigo não só a transgressão da ordem (como afirma Bourdieu) e a crítica do existente (como pretende a Escola de Frankfurt), mas também a crítica da forma e do conteúdo da própria atividade das artes, ciências, técnicas, filosofia e direito. Com a noção de engajamento como tomada de posição no interior da luta de classes contra a forma de exploração e dominação vigentes, em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural, podemos diferenciar o intelectual e o ideólogo. Este, fala a favor da ordem vigente, justificando-a e legitimando-a. Aquele fala contra. (Chauí, 2006, p. 9).

Chauí (2006), reflete sobre o “silêncio dos intelectuais”, buscando as causas do retraimento da figura do intelectual apresentando três causas: a primeira, refere-se ao abandono das utopias revolucionárias, o desencanto diante da história, o presente que se fecha em si mesmo, silenciando os intelectuais, “a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente. Não se trata de uma recusa de proferir um discurso público e sim da impossibilidade de formulá-lo.”(Chauí, 2006, p.9). A segunda, refere-se aos imperativos do neoliberalismo que transforma direitos em serviços (privatização do espaço público), seguindo a lógica do mercado que transforma o cidadão em consumidor, ferindo a democracia e despolitizando a sociedade, trocando a crítica pela reprodução ideológica: “o recuo da cidadania e a despolitização produzem a substituição do intelectual engajado pela figura do especilista competente, cujo suposto saber lhe confere o poder para, em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que devem pensar, sentir, fazer e esperar.” (Chauí, 2006, p.10). A terceira causa do silenciamento dos intelectuais apontada pela autora, é

a inserção do saber e da tecnologia enquanto forças produtivas a serviço do capital, monopolizando o conhecimento e a informação: “o conhecimento contemporâneo se caracteriza pelo crescimento acelerado e pela tendência a uma rápida obsolescência.” (Chauí, 2006, p.11). Desta forma, a lógica empresarial, mercantil produtivista e competitiva ganha as universidades e vários adeptos, tolhendo o engajamento intelectual.

Na concepção de Bobbio (1997), o intelectual engajado não foge ou omite suas responsabilidades, ele as assume independente das consequências, mas é preciso refletir sobre qual a posição de engajamento, qual lado engajar? Conforme palavras do autor:

Engajar-se quer dizer pura e simplesmente tomar partido. Mas todos os partidos são igualmente bons? Sempre me perturbou a constatação de que os defensores do homem de cultura engajado não exaltavam o engajamento como tal (uma postura desse gênero teria sido uma bobagem), mas o engajamento mais para um lado do que para o outro, engajamento este que, desde que fosse em favor do lado que se considera justo, também poderia ser um engajamento total. Mas o engajamento total por um partido é compatível com a tarefa, repito a palavra que me importa, com a responsabilidade com o homem de cultura? (Bobbio, 1997, p. 99)

O homem de cultura, que Bobbio se refere é o intelectual que precisa refletir sobre seu modo de engajamento, a causa do engajamento, ou seja, que se posiciona crítica e cientificamente:

Dir-se -á que o homem de cultura não pode se afastar, que também ele deve se engajar, isto é, escolher um dos lados da alternativa. Mas o homem de cultura tem o seu modo de não se afastar: aquele de refletir mais do que se faz habitualmente nos institutos oficiais de cultura acadêmica, sobre os problemas da vida coletiva, e de discutir um pouco menos com os próprios colegas sobre o primado do pensamento e do ser. Tem o seu modo de se engajar: aquele de agir em defesa das condições mesmas dos pressupostos da cultura. Se quisermos, tem também ele o seu modo de decidir, desde que se entenda bem que ele só pode se decidir pelos direitos da dúvida contra as pretensões do dogmatismo, pelos deveres da crítica contra as pretensões do dogmatismo, pelos deveres da crítica contra as seduções da ênfase, pelo desenvolvimento da razão, contra o império da fé cega, pela veracidade da ciência contra os enganos da propaganda. (Bobbio, 1997, p. 99-100).

A falta de engajamento, a falsa neutralidade diante de problemas sociais latentes, a falta de autonomia, a falta de memória histórica, o recuo da teoria, o produtivismo acadêmico, que é atualmente um dos principais motivos da competição e do anti-intelectualismo no espaço acadêmico, veiculado pelo Lattes que irradia status e poder, demonstram a “desresponsabilização do intelectual”. (Bobbio, 1997; Silva, 2006). “A desresponsabilização do intelectual se funda no argumento da neutralidade científica. Isso se torna possível pela rendição da universidade aos critérios mercadológicos, que transformam educador, educando e conhecimento em mercadorias permutáveis.” (Silva, 2006, p.201).

Sob esta perspectiva, a falta de posicionamento ético, político e histórico daquele que muito produz e pouco reflete, no contexto produtivista/neoliberal/capitalista, configura o

“intelectual desresponsabilizado”; o intelectual não orgânico; o “anti-intelectual”, que perde sua finalidade e bases sociais e culturais, tornando-se um “especialista apolítico, como afirma Silva:

O especialista apolítico se considera neutro e imparcial. Ele é capaz de dissertar sobre a miséria humana com a sensibilidade de um autômato; é capaz de escrever sobre os avanços tecnológicos sem se colocar uma simples questão: a quais interesses servem a técnica e a ciência? O especialista desconsidera a dialética da relação indivíduo e sociedade (isola um dos pólos ou os toma de forma dicotômica); não percebe que todo saber expressa interesses e relações de poder. Ao mínimo lampejo de consciência infeliz ele recorre à filantropia ou aos argumentos psicologizantes, individualizando os problemas de caráter social e termina por culpabilizar a vítima. (Silva, 2006, p.202).

No dilema especialista apolítico, anti-intelectual e intelectual orgânico, Neves (2011)⁵ reitera, pela teoria de Gramsciana, que o intelectual como organizador da cultura, pode assumir a posição de formulador de concepções de mundo, ou como divulgador dessas concepções, assim sendo, os intelectuais não se restringem a vanguarda intelectual ou política. Neste contexto, o professor (tanto do ensino superior, quanto da educação básica), é um intelectual orgânico com projeto de sociabilidade que pode contribuir para os dois lados: “Eles podem contribuir para consolidar a hegemonia de um projeto político conservador ou mesmo, colaborar na construção de uma outra direção moral e intelectual em um determinado momento histórico.” (Neves, 2011, p. 235).

O professor universitário frente ao produtivismo acadêmico, vem se descaracterizando enquanto intelectual orgânico, devido às pressões por mais produtividade, fator que interfere em diversos aspectos e contribui para a intensificação e precarização do trabalho docente, refletindo diretamente em seu *ethos* acadêmico. O modelo atual exige um profissional flexível, “competente” e competitivo, o professor *expert*, que realiza multitarefas que lhe são impostas pelas demandas de produção e pelos processos de avaliação.

O professor/pesquisador age, muitas vezes, sem pensar em sua representação perante a sociedade e universidade. Como afirma Sguissardi e Silva júnior (2018).

A alienação, que toma forma de sociabilidade produtiva predomina de forma silenciosa e, por isso mesmo, se faz mais intensa do que quando ainda se mantinha, ainda que relativamente, a unidade dialética indivíduo ensimesmado e indivíduo com práticas voltadas para o coletivo da instituição universitária. Em outras palavras, a alienação, como estado, e a utilidade, como valor, que predominam no cotidiano, tornam-se elementos fundamentais da heterogestão do docente e da intensificação e precarização de seu trabalho, assim como do adoecimento do professor, sob o pretexto

⁵ A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. Entrevista com Lúcia Neves, concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista, em 23 de junho de 2010, em Florianópolis, SC. Publicada na Revista Perspectiva, v.29, n.1, 229-242, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2011v29n1p229/19422>

da “valorização” do produtivismo acadêmico. (Sguissardi; Silva Júnior, 2018, p.51-52)

Sob a perspectiva da alienação, conforme Paulo Neto (1981), para Marx, o fetichismo é uma modalidade de alienação, que por sua vez, configura-se um complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, que desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção. Desta forma, sua própria motivação, parece-lhe estranha e alheia. Em outras palavras, a alienação é um processo pelo qual os sujeitos (indivíduos, agentes sociais) se desapropriam de si e da sua atividade criadora, a partir do momento que não conseguem captar as mediações sociais em seu conjunto e dinamismo. (Paulo Neto, 1981, p. 73-74).

Diante das relações de trabalho alienado apresentadas entre homem/natureza, homem/objeto, homem/homem, percebe-se o trabalho enquanto atividade abstrata do homem, revelando-o como ser histórico e social frente o universo da mercadoria. O homem enquanto trabalhador alienado não compreende as contradições que se definem nas relações sociais, segundo Iasi (2015).

Neste sentido, a alienação do trabalho distancia o ser histórico e social da dialética universalidade e particularidade, na busca do conhecimento, da contradição entre interesse particular e coletivo, fundada na direção de uma divisão do trabalho, baseada no valor de troca de produtos:

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural [naturwüchsig], não como seu próprio poder unificado, mas sim como potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. ” (Marx e Engels *apud* Iasi, 2015, p.9).

Para pensarmos na condição do trabalho alienado diante das imposições produtivistas, nessa cooperação não voluntária, mas natural, como potência estranha (alienada) que dirige o querer e agir, no caso dos intelectuais (professores/pesquisadores), Sguissardi e Silva Júnior afirmam que os novos doutores (formados a partir de 1997, com o modelo CAPES de avaliação), parecem muito adaptados ao produtivismo acadêmico e à competitividade.

É perceptível a expansão do número de doutores desta geração com esse perfil, processo que acentua a formação do professor/pesquisador “produtor de resultados” de estudos e pesquisas efêmeros: interessa, de fato, sua posição dentro da área de investigação que é medida de forma quantitativa.

É importante aqui apontar que a adesão ao modelo produtivo, pragmático e mercantil pelos professores e orientandos se faz, inicialmente, de certo modo e até certo ponto, de forma deliberada, ou ainda, numa relação dialética entre o

individualismo negativo e as atividades voltadas para o coletivo da instituição universitária. (Sguissardi, Silva Júnior, 2018, p. 51).

Desta forma, as exigências por mais produtividade acadêmica passam a ser naturalizadas, sendo que antes era relativamente deliberado. O trabalho alienado faz com que o professor/pesquisador não reflita sobre sua condição de opressão, sobre a conformação diante da mercantilização da universidade, assim, produzir, publicar, se torna palavra de ordem. A quantidade se torna mais importante que a qualidade, imbricado no processo de “desintelectualização” e na intensificação do trabalho docente. “Concretamente, ao naturalizar a nova identidade da nova instituição universitária, ele passa a internalizar outra natureza de sociabilidade.” (Sguissardi, Silva Júnior, 2018, p. 51).

Essa naturalização/alienação, descaracteriza as bases do intelectual orgânico, que determina a escrita acadêmica como um instrumento de enunciação dos princípios científicos, éticos e políticos do professor/pesquisador (intelectual), como forma de resistência às estruturas neoliberais desumanizantes, resgatando o seu compromisso social.

O professor pesquisador precisa tomar a escrita como atividade humana, através da qual poderá intervir no real, de modo a apreendê-lo, produzi-lo e/ou transformá-lo, fazendo com que o já conhecido, seja apresentado ao leitor sob novas focalizações, de modo a ressignificar as produções no cotidiano da academia. (Biancheti, Zuin, Ferraz, 2018, p.167)

Trouxemos essa reflexão para mostrar a urgência de um posicionamento do intelectual frente a supremacia produtivista, mostrando a universidade enquanto espaço de contradição, que nos possibilita discutir questões tão complexas, com a intenção de ampliar as discussões, refletir e buscar soluções para problemas intensos que estão descaracterizando a universidade pública e a função do intelectual docente, que dividem opiniões e ideologias no espaço acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A academia, por ser o espaço privilegiado da pesquisa e aprimoramento da tecnologia, tornou-se objeto de investidas do mercado e desfavorecimento do Estado, que ao longo dos últimos anos, reduziu o orçamento para a educação. Ao mesmo tempo, a cobrança por mais produtividade acadêmica, conduzida pelos processos de avaliação, que além das projeções nos Rankings mundiais, que pressionam para manutenção e classificação de instituições e programas de pós-graduação.

A intenção perante o presente artigo, é levar à reflexão sobre o papel do intelectual perante a sociedade, mostrando a importância do intelectual engajado às causas sociais que luta em prol dos grupos minoritários. Neste sentido, o professor/pesquisador/intelectual ao invés de concentrar esforços na qualidade e relevância das pesquisas para a sociedade em prol da coletividade, acaba tendo que se preocupar com o dilema quantidade e qualidade socialmente referenciada.

Nesse sentido, as imposições neoliberais produtivistas têm desconfigurado o papel do intelectual, afetando suas bases, traçando um modelo hegemônico a ser seguido. Isso estimula a competição, a alienação em busca de status e poder, impondo um sistema de produção taylorista/fordista que mascara a qualidade, valorizando apenas a quantidade. Tudo isso parece “normal”, “natural”; “Parece lógico que devamos nos alegrar pelos índices positivos, os quais geram um certo deslumbramento institucional e manchetes em jornais. Tudo está de acordo com o discurso da competência” (Silva, 2009, p. 4). Porém, não são essas as bases da educação, da pesquisa, do ensino e da extensão na universidade pública. Nela, está prevista uma educação que gera o pensamento crítico reflexivo; que leva a uma educação emancipadora, proporciona ao indivíduo o senso de coletividade, não do individualismo. Por isso é preciso refletir, ponderar sobre a conjuntura neoliberal que tem atingido o trabalho docente e a comunidade acadêmica.

Diante dos tempos sombrios vividos nos últimos anos nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019- 2022), é preciso pensar em estratégias de combate ao anti-intelectualismo, procurando possibilidades de organização dos pares para buscar, de forma dialógica, a conscientização e estratégias de resistência.

A Conscientização segundo Freire (1979) entra como autoinserção crítica da realidade que faz com que a aparente apatia se transforme em um estado utópico de denúncia e anúncio, como um projeto revolucionário viável que vai além de uma simples tomada de consciência. A conscientização é mais que uma simples tomada de consciência, ela supõe a superação da falsa consciência, ou seja, “o estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo-ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada.” (Freire, 1979, p. 45-46). Essa superação da falsa consciência, vem no combate a alienação que percorre as bases do anti-intelectualismo, nesse sentido, o princípio da conscientização vem entrelaçada com a transformação e reconstrução que o Brasil tanto precisa.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça**. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, 2018.

Bobbio, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

Bourdieu, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

Catani, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. Bourdieu e a educação. Dossiê Pierre Bourdieu. **Revista Cult**. v. 128, ano 11, p. 62-64, 2010. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/41-revista-cult-set-2008-dossie-bourdieu.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Chauí, Marilena de Souza. Intelectual engajado: uma figura em extinção. In: NOVAES, Adauto (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras; 2006. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. In: _____. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão popular, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.2,

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IASI, Mauro Luís. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: Insurreições, passado e presente. 2015. **Anais...** Niterói, 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2015/anais2015/mc47/Tc472.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2022.

LOPES, M. A. Pena e Espada: sobre a história dos intelectuais na época de Voltaire. Locus: **Revista de História**, v. 7, n. 1, p 121-129, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20535>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Bourdieu e o Ethos Acadêmico. In: MARLETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros. (org.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro (RJ): Garamond, 2017. p. 7-14.

- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, p.15-36. abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf> .Acesso em 15 jun. 2020.
- Neves, Lúcia. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. [Entrevista cedida] Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista. **Perspectiva**, Florianópolis, v.29, n.1, p. 229-242, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p229/19422>. Acesso em: 15 mar. 2022
- Oliveira, João Ferreira de; Catani, Afrânio Mendes. A reconfiguração do campo universitário no Brasil: conceitos, atores, estratégias e ações. In: Oliveira, João Ferreira de. (org). **O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- Silva, Antonio Ozaí da. Os intelectuais diante do mundo: engajamento e responsabilidade. **Revista FAED** - Periódico do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade do Estado de Mato Grosso. Ano IV, nº 5/6, jan./dez. p.191-205. 2006. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3579/0>. Acesso em: 14 jul. 2020. Acesso em: 26 out. 2019
- SEMERARO, Giovanni. Intelectuais orgânicos em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em: 15 maio 2020.
- Sguissardi, Valdemar; Silva Júnior, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2018.
- SOCHA, Eduardo. Pequeno Glossário da teoria de Bourdieu. **Revista Cult**. v. 128, ano 11, p. 46, 2010. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/41-revista-cult-set-2008-dossie-bourdieu.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kDqCgM8Svv4XpskKMV5DZPN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História de Educação**. v. 8 n. 1, p.63-85, Janeiro/Abril 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588/20119> . Acesso em: 06 maio 2020.
- Valle, Ione Ribeiro. Ler Homo academicus. In: Bourdieu, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: editora UFSC, 2019. p. 13-20.

SOBRE A AUTORA E O AUTOR

IVANA PINTO RAMOS

Possui doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), linha de pesquisa Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo. Mestrado em Letras Estudos Literários - área de concentração em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialização em Literatura Comparada: Tendências da Literatura Brasileira Moderna (UFU). Possui graduação em Letras, Licenciatura Plena em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Área de atuação: Letras e Educação.

RONAN EUSTÁQUIO BORGES

Graduado em Geografia pela UFU - Uberlândia (1996), mestre em Geografia (Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Regional) pela UNESP - Presidente Prudente (2000) e doutor em Geografia (Organização do Espaço) pela UNESP - Rio Claro (2006). Foi professor de ensino fundamental e médio (rede pública e particular); professor efetivo adjunto UFV - Viçosa (2002-2009) e, atualmente é professor associado da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiânia e integra o Programa de pós-graduação em Geografia - PPGeo.